A TRIBUNA
Publicado em 04/06/2022 - 05:51

Liberação de cargas leva até 35 dias no Porto de Santos

Liberação de cargas demora até 35 dias

Auditores fiscais da Receita Federal seguem com operação padrão

ÁGATA LUZ
DA REDAÇÃO

A operação padrão dos auditores fiscais da Receita Federal ocorre há mais de cinco meses e, sem perspectiva de acordo com o Governo Federal, afeta cada vez mais a liberação de mercadorias no Porto de Santos. Cargas de exportação, cujo despacho levava dois dias, hoje são liberadas em 35 dias. Já o processo de importação, que antes acontecia em três dias, atualmente leva 22 dias.

Os dados são do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) de Santos, que manterá o movimento que atrasa a liberação de cargas até que haja avanço na negociação com o Governo Federal. Ontem, os líderes da operação padrão se reuniram em Foz do Iguaçu (PR), onde o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o secretário da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, cumpriam agenda. Houve tentativa de encontro, sem sucesso.

"Não há nenhuma expectativa da operação terminar, pelo contrário, ela deve é aumentar", explica o presidente do Sindifisco de Santos, Elias Carneiro Júnior, sobre o movimento iniciado em 23 de dezembro. De acordo com ele, o Governo Federal não se manifestou sobre o tema. "Estamos na estaca zero. Para piorar, o governo promete uma série de coisas para outras carreiras e também não cumpre".

Entre os pleitos dos auditores fiscais, estão a recomposição do orçamento da Receita Federal, a abertura de concurso público e o cumprimento de um acordo firmado com a União em 2016, que prevê o pagamento de bônus variável aos profissionais.

CONSEQUÊNCIAS

O atraso na liberação de mercadorias coloca em risco diversos setores que dependem da importação e exportação. A *Tribuna* já noticiou a preocupação dos exportadores de grãos e do setor de eletrodomésticos com o assunto. Agora, a indústria de poliestireno (material sintético semelhante ao acrílico) informa que haverá redução da produção devido aos problemas com liberação de cargas.

Essa situação fez o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, enviar ofícios ao Ministério da Economia e à Receita Federal. Porém, não houve retorno. "Os auditores relatam que o movimento tende a crescer e endurecer o desembaraço de mercadorias, provocando caos logístico e despesas extras, como armazenagem, estadia de contêineres, perda de contratos e repasse no custo final do produto ao consumidor".

CARLOS NOGUEIRA - 17/5/19

O maior atraso no Porto de Santos devido à operação padrão envolve as cargas para exportação: 35 dias

O diretor-executivo do Sindamar enfatiza que muitas empresas reclamam da lentidão no recebimento de equipamentos de produção e há um clima de desconfiança se os produtos serão desembaraçados rapidamente - em caso negativo, há risco de falta de insumos e interrupção da produção.

Roque diz que a permanência do movimento por mais tempo "provocará um desbalanceamento na logística de equipamentos, com falta de contêineres para as cargas de exportação, já que as caixas metálicas estão demorando a serem desembaraçadas na importação".

O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, encaminhou ofícios ao Ministério da Economia e à Casa Civil da Presidência da República, mas não obteve resposta. "Infelizmente, seguimos com problemas na liberação de cargas e o consequente aumento dos custos de armazenagem".

NOTAS

Procurado, o Ministério da Economia não comentou as críticas à União. Também em nota, o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) afirmou acompanhar a situação, mas não vê as operações no Porto de Santos fora da normalidade no momento.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Porto & Mar **Caderno:** B **Pagina:** 5

Copyright © Clipclap 2025.